

Por Barry Wolfe (*)

O próximo passo pressupõe adicionar predicados à governança

As empresas socialmente engajadas terão um vasto horizonte para desbravar em 2017. Reflexo direto das delações premiadas, das descobertas aparentemente intermináveis de fraudes político-corporativas e das mudanças em algumas lógicas caras às companhias no decorrer do intranquilo 2016, a descoberta de novos conceitos ligados àquilo que se chama de "governança empresarial" vai representar uma fronteira bravia a ser domesticada, compreendida e inserida na agenda corporativa a partir de agora. As companhias que hoje se debatem para implantar políticas de compliance e consequentes códigos de conduta rígidos - para evitar o risco de cair ou recair em práticas sem ética - mal terão tempo de recobrar o fôlego e já lá terão batendo às suas portas novas demandas que, para alguns, soarão inusitadas.

Uma das mais notáveis entre elas será a da elasticidade que se descobrirá no termo compliance. Essa expressão derivada do verbo em inglês comply - acatar a uma ordem e agir segundo ela - já se mostra bastante ampla no jargão empresarial. Ela inclui uma vasta ordem de fenômenos do universo das empresas privadas, e até de órgãos públicos, em uma tentativa de os controlar por meio de moldes éticos. Os códigos de conduta das empresas são suas pequenas pontas aparentes, mas por baixo há toda uma maquinaria de controle que vem ganhando músculos de grandes proporções.

[Leia aqui o artigo na íntegra.](#)

(*) **Barry Wolfe** é advogado pós-graduado em Direito Econômico pela Yale Law School, Mestre em Direito Internacional por Cambridge.

Fonte: [CIO](#), em 08.02.2017.